



Ilhas de Valor

Parceiros Profissionais

Relatório e Contas 2023

ÍNDICE

1.	Introdução	5
2.	A Sociedade	6
3.	Enquadramento	7
4.	Atividades realizadas em 2023	7
4.1.	Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação de Santa Maria	8
4.2.	Hotéis da Graciosa e das Flores	8
4.3.	Campos de Golfe	9
4.3.1	Campos de Golfe da Batalha e Furnas	9
4.3.2	Campo de Golfe da Terceira	10
4.3.3	Exploração dos Espaços de Restauração e Eventos	10
5.	Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial	11
5.1.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores	11
5.2.	Linha de Crédito Açores Investe II	12
5.3.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II	12
5.4.	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez	13
5.5.	Programa de Estabilização do Emprego (PEE)	14
5.6.	Programa de Valorização do Emprego (PVE)	15
6.	Funcionamento e Financiamento da Atividade	15
7.	Recursos Humanos	16
8.	Análise das Contas	16
9.	Investimento	19
10.	Situação Financeira	20
10.1.	Dados Económico-Financeiros	20
10.2.	Indicadores Económico-Financeiros	20
11.	Perspetivas Futuras	20
12.	Proposta de aplicação de resultados	20
13.	Factos Relevantes após o Termo do Exercício	21
14.	Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social	21
15.	Referências diversas	22
16.	Contas	23
16.1.	Balanço em 31 de dezembro de 2023	24

16.2.	Demonstração dos Resultados por Natureza/ Funções em 31 de dezembro de 2023	25
16.3.	Movimentos ocorridos nas rubricas de capital	27
16.4.	Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto	29
16.5.	Anexo às Demonstrações Financeiras	30
1.	Identificação da Entidade	31
2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	31
3.	Principais Políticas Contabilísticas	32
4.	Fluxos de Caixa	43
5.	Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas	43
6.	Ativos Tangíveis	43
7.	Ativos Intangíveis	44
8.	Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial	44
9.	Ativos por impostos diferidos	46
10.	Inventários	46
11.	Clientes	47
12.	Outros créditos a receber	47
13.	Estado e Outros Entes Públicos	49
14.	Diferimentos	49
15.	Variações na rubrica de Património Líquido	50
16.	Capital Subscrito	50
17.	Reservas Legais	51
18.	Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido	51
19.	Financiamentos Obtidos	52
20.	Fornecedores	53
21.	Outras Dívidas a Pagar	53
22.	Rédito	53
23.	Subsídios à exploração	54
24.	Fornecimentos e Serviços Externos	54
25.	Gastos com o Pessoal	55
26.	Outros Rendimentos e Ganhos	55
27.	Outros Gastos e Perdas	56
28.	Gastos e Rendimentos Financeiros	56
29.	Garantias prestadas	57
30.	Imposto sobre o Rendimento do exercício	57
31.	Partes relacionadas	58

4

mt

tl

32.	Disposições Legais	59
33.	Eventos subsequentes	59
34.	Mapas Orçamentais	60
34.1.	Demonstração do desempenho orçamental	61
34.2.	Demonstração da Execução Orçamental da Receita	63
34.3.	Demonstração da Execução Orçamental da Despesa	65
34.4.	Alterações Orçamentais da Receita	67
34.5.	Alterações Orçamentais da Despesa	69
35.	Relatório do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas	71





1. Introdução

A Ilhas de Valor S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pela Resolução n.º 177/2005, de 24 de novembro, tendo sido efetuada a escritura pública em 29 de dezembro de 2005 e o seu correspondente registo comercial na Conservatória de Vila do Porto, ilha de Santa Maria, onde está sediada a empresa.

O capital social é de 9 milhões de euros, distribuída pelos seguintes acionistas:

- A Região Autónoma dos Açores: 50,56% - 4.550.000,00 euros
- O Fundo Regional Apoio Coesão e Desenvolvimento Económico: 49,44% - 4.450.000,00 euros

Os órgãos sociais à data do encerramento do exercício tinham a seguinte composição:

1. Mesa da Assembleia-Geral

Presidente: Vassili Plesov

Vice-Presidente: Alexandra Vitória Falcão Pereira de Viveiros

Secretário: Maria do Sameiro Mesquita Gabriel

2. Membros do Conselho de Administração

Presidente: Frederico Paulo dos Reis Índio Matias Tavares

Vogal Não Executivo: Pedro Costa Aguiar Ribeiro da Costa

Vogal Não Executivo: Marco André Forjaz Rendeiro

3. Fiscal Único e respetivo suplente

Fiscal Único - Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, (ROC n.º 199).

Fiscal Suplente – Catarina Isabel Furtado Pacheco, (ROC n.º 1365).

Representante da Região Autónoma dos Açores: Rogério Gomes Moitoso



Representante do Fundo Regional de Apoio à Coesão de Desenvolvimento

Económico: Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia

2. A Sociedade

A sociedade tem por **objeto social**:

1. O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.
2. A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:
 - a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;
 - b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;
 - c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;
 - d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.
3. A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:
 - a) Reforço do capital de um Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;
 - b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;
 - c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;
 - d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.

4. A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.
5. Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

3. Enquadramento

A Ilhas de Valor, S.A., empresa pública regional, para além de promover a coesão regional, desempenha também um importante papel no apoio empresarial através de linhas de crédito com condições mais vantajosas para as empresas regionais e isso teve uma importância acrescida durante o período de crise da economia regional.

A Ilhas de Valor, S.A., tem como objetivo ser um instrumento de política económica para atuação em áreas de menor potencial económico, mas que, pelas atuais condições de mercado, ainda não permitem uma adequada rentabilização do capital privado.

É de referir que os Açores são o primeiro arquipélago no Mundo a alcançar certificação internacional de destino sustentável, por uma entidade acreditada pelo Conselho Global de Turismo Sustentável.

4. Atividades realizadas em 2023

A atividade desenvolvida em 2023 pela Ilhas de Valor, S.A., seguiu o proposto no Plano de Atividades e Orçamento, com destaque para o cumprimento nos principais domínios da atividade que desenvolve.

4.1. Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (INCUBA+ Santa Maria)

Na INCUBA + Santa Maria realizaram-se ações de formação para que os empreendedores incubados se capacitem e adquiram conhecimentos nas áreas de gerência, contabilidade, gestão financeira, apoios financeiros, controlo de custos e exportação, jurídica, marketing, entre outros. A capacitação dos Empreendedores na gestão dos seus negócios, é fundamental, na potenciação das suas competências procurando criar ligações, quer financeiras, quer de recursos, entre os vários intervenientes.

Manteve-se a disponibilização dos espaços de Cowork, Olaria, Fablab, Sala de Reuniões, Salas de Formação e Espaço Multiusos, para atividades ligadas ao desenvolvimento do empreendedorismo, tanto aos empreendedores incubados como aos empresários e parceiros.

Procedeu-se a uma nova fase de admissão de Empreendedores, tendo sido disponibilizados 3 espaços, que foram objeto de 5 candidaturas, traduzindo-se em 3 Projetos incubados, sendo 3 em incubação física.

Projetos em processo de incubação a 31 de dezembro 2023	
Incubação Física	16
Incubação Virtual	10
Total	26

4.2. Hotéis da Graciosa e das Flores

A Ilhas de Valor, S.A. possui os hotéis da Graciosa e das Flores. São infraestruturas importantes na atividade turística para cada uma das Ilhas e contribuem fortemente para o desenvolvimento socioeconómico, que encontra nesta atividade um dos pilares de desenvolvimento que está apostada em prosseguir.

A Ilhas de Valor, S.A. mantém a Concessão da Exploração das duas unidades hoteleiras com a Fundação INATEL até dia 8 de janeiro de 2025.

O contrato de cessão de exploração prevê o pagamento à Ilhas de Valor, S.A. de 20% dos Resultados Líquidos de Exploração apurados para cada exercício.

4.3. Campos de Golfe

A Ilhas de Valor, S.A., possui os três campos de golfe nos Açores, nas ilhas de São Miguel e Terceira.

O golfe é uma atividade que complementa a oferta turística nos Açores. Entende-se que esta atividade é de um produto capaz de gerar fluxos turísticos consideráveis, sendo fundamental continuar com o conceito "Azores Golf Islands", integrando todos os campos num plano estratégico único.

4.3.1. Campos de Golfe da Batalha e Furnas

A Ilhas de Valor, S.A. explora, desde março de 2010, os campos de golfe da Batalha e das Furnas, na ilha de São Miguel, conforme previsto no contrato de Cessão de Exploração celebrado com a Verdegolf, S.A..

A Ilhas de Valor, S.A. assumiu então o funcionamento da atividade dos referidos campos. A atividade destas infraestruturas consiste na prática da modalidade, gestão de torneios e eventos ligados ao golfe, aulas, loja especializada denominada *proshop* e ocupação de tempos livres. Os campos de golfe possuem duas infraestruturas sociais, denominadas *Clubhouse*, onde se desenvolvem as atividades complementares a este negócio como o serviço de bar, restauração, festas, banquetes e apoio aos eventos.

No entanto, perante a insolvência da Verdegolf, a Ilhas de Valor, S.A. adquiriu em 2019 os dois campos de golfe, conforme objetivo definido pelo Governo Regional dos Açores e deliberado pela Assembleia Geral da Ilhas de Valor, S.A..



Na sequência da implementação de planos de manutenção dos campos de golfe, por forma a garantir uma maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis, traduzindo-se numa melhoria significativa do estado dos campos de golfe.

Foram ainda intervenções no Percorso C do Campo de Golfe da Batalha, com destaque para a recuperação do lago do buraco 5.

Deu-se continuidade aos trabalhos de reparação dos buggies. Neste momento existem 38 buggies distribuídos pelos campos de golfe da Batalha, das Furnas e da Terceira.

4.3.2. Campo de Golfe da Terceira

Em outubro de 2015, foi celebrado o contrato de Cessão de exploração do campo de golfe da Terceira com o Clube de Golfe da Ilha Terceira, sendo a única entidade responsável pelo fomento e prática de golfe na ilha Terceira, não estando incluída a ClubHouse, e tendo em consideração o interesse turístico do golfe para o Turismo dos Açores.

Nos termos da Resolução do Conselho do Governo n.º 108/2022 de 13 de junho de 2022, a sociedade Ilhas de Valor, S.A. ficou incumbida de assumir, em dezembro de 2022, a propriedade plena do Campo de Golfe, e respetivas infraestruturas.

No quarto trimestre de 2023, iniciou-se um plano de recuperação e manutenção do campo de golfe da Terceira, por forma a garantir uma melhor qualidade do campo e maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

4.3.3. Exploração dos espaços de restauração e eventos

A Ilhas de Valor, S.A. tem, nas suas infraestruturas de golfe, espaços dedicados à exploração de restauração e eventos.

Na sequência dos resultados negativos desta operação, procedeu-se, no ano de 2023, ao lançamento de Procedimentos de Concurso Público para concessão dos espaços de eventos e restauração:

- a. Sala de eventos do Campo de Golfe da Batalha
- b. Restaurante do Campo de Golfe das Furnas
- c. Restaurante do Campo de Golfe da Terceira
- d. Sala de eventos do Campo de Golfe da Terceira

Os espaços afetos aos campos de golfe da Batalha e Terceira foram concessionados a partir do terceiro trimestre de 2023. Considerando a inexistência de propostas para o restaurante do campo de golfe das Furnas, a Ilhas de Valor, S.A. mantém a exploração do espaço, tendo procedido a uma reestruturação por forma a tornar mais rentável esta atividade. Para além disso, a empresa mantém a exploração do "Bar do Golfista" no campo de golfe da Batalha.

5. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo (RCG), a Ilhas de Valor, S.A. é a Entidade Gestora das seguintes Linhas de Apoio às Empresas (EGL):

5.1. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva. Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2022	4.713.028,34
Montante Debitado em 2023	0,00
Montante em Dívida em 31/12/2023	400,51

5.2. Linha de Crédito Açores Investe II

Esta linha de apoio teve como beneficiários as empresas com sede na RAA, que desenvolvessem atividades enquadradas na lista de CAE's definida pela EGL, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 7 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2022	11.033.378,45
Montante Debitado em 2023	9.093,44
Montante em Dívida em 31/12/2023	181.237,44

5.3. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II

Esta linha visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 14 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2022	11.451.172,13
Montante Debitado em 2023	9.808,18
Montante em Dívida em 31/12/2023	160.560,19

5.4. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

Este apoio visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento. Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A RCG n.º 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 35 operações, sendo que umas das quais ainda está ativa e beneficia da referida RCG. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que abrangeu, 46 empresas, estando 24 delas ainda ativas.

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
TOTAL	344		79.524.139,99	4.376
Aprovadas	344	91,0%		
Desistências	24	6,3%		
Não aprovada	10	2,6%		
Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2857

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
TER	67	13,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,3%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
Aprovadas	344		79.524.139,99	4.376

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2022	8.771.404,25
Montante Debitado em 2023	29.986,39
Montante em Dívida em 31/12/2023	458.865,76

5.5. Programa de Estabilização do Emprego (PEE)

O Programa de Estabilização do Emprego (PEE) - Medida excecional criada com o objetivo de apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). Esta medida foi aberta em agosto de 2013 e consistia num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 euros (microempresas) e 100.000,00 euros (pequenas e médias empresas). Foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 14 de dezembro de 2017.

Atualmente, a EGL está a gerir e a pagar bonificações de 14 candidaturas, ainda ativas, que beneficiaram do referido apoio.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2022	231.627,52
Montante Debitado em 2023	203,47
Montante em Dívida em 31/12/2023	20.608,28

5.6. Programa de Valorização do Emprego (PVE)

Em 2012, no âmbito do PVE, a Ilhas de Valor, S.A. concedia apoios sob a forma de empréstimos reembolsáveis.

O apoio destinava-se a empresas em risco, de setores diretamente afetados pelas dificuldades associadas à falta de liquidez, geradas pelo impacto da crise financeira com sede na RAA.

Foram concedidos empréstimos no montante de 9,6 Milhões de euros correspondentes a 171 candidaturas.

No entanto várias empresas entraram em incumprimento, com algumas destas em situação de insolvência, PER, com dívidas ao Estado ou em incumprimento da obrigação da manutenção dos postos de trabalho.

Na sequência da implementação do novo processo de cobranças do Programa de Valorização do Emprego (PVE), iniciaram o pagamento das prestações 24 empresas correspondente a 1,2 milhões de euros. De realçar que estas empresas não realizaram qualquer pagamento desde o início do financiamento (2012).

No ano de 2023, a Ilhas de Valor, S.A. recebeu como reembolso das empresas apoiadas o montante de 391.441,43 euros um aumento de 124 mil euros (+46%) face ao ano de 2022.

Este procedimento irá manter-se no ano de 2024 por forma a garantir o reembolso das empresas devedoras.

6. Funcionamento e Financiamento da Atividade

No que concerne às Fontes de Financiamento, a Ilhas de Valor, S.A. recebeu, no ano de 2023, por conta do Contrato Programa a celebrar com a RAA para financiamento do Plano de Atividades e de Investimentos, assim como para custos inerentes ao

funcionamento e financiamento emergentes do mesmo, o montante de 3.620.000,00 euros.

7. Recursos Humanos

A Ilhas de Valor, S.A. terminou o ano de 2023 com 73 trabalhadores ao serviço da empresa, distribuídos pelos campos de golfe, INCUBA+ e serviços partilhados:

Local	Departamento	# Colaboradores	
Campo Golfe Batalha	Administrativo e Recepção Batalha	2	32
	F&B Batalha	3	
	Golfe Batalha	10	
	Manutenção Batalha	17	
Campo Golfe Furnas	Administrativo e Recepção Furnas	1	14
	F&B Furnas	2	
	Golfe Furnas	3	
	Manutenção furnas	8	
Campo Golfe Terceira	Administrativo Terceira	4	16
	Golfe Terceira	5	
	Manutenção Terceira	7	
Incubadora	Santa Maria	4	4
Serviços Partilhados	Administração	1	7
	Administrativos Gerais	3	
	Compras	1	
	Diretor Administrativo Financeiro	1	
	Secretariado	1	

8. Análise das Contas

A 31 de dezembro de 2023 a empresa apresentou os seguintes resultados:

	(Euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	2023	2022
Impostos e taxas		
Vendas	22 67 571,41	85 245,64
Prestações de serviços	22 35 208,69 €	851 235,92 €
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	33 52 464,50 €	2 755 148,93 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-28 194,72 €	-32 084,70 €
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1894 959,89 €	-206 045,59 €
Fornecimentos e serviços externos	2457 318,49 €	-642 736,73 €
Gastos com pessoal	26548 419,51 €	-1 577 660,48 €
Transferências e subsídios concedidos		
Prestações sociais		
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	297 372,41 €	7 901,62 €
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	268 647,76 €	154 045,54 €
Outros gastos e perdas	2341 722,87 €	-64 539,91 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	2 768 477,29 €	1 380 510,24 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-460 445,52 €	-450 822,55 €
Imparidades de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)	1 908 031,77 €	879 687,69 €
Juros e rendimentos similares obtidos	28 881,57 €	
Juros e gastos similares suportados	2542 282,70 €	-250 188,26 €
Resultado antes de impostos	1 765 630,64 €	629 499,43 €
Imposto sobre rendimento do período	3089 446,11 €	-104 210,49 €
Resultado líquido do período	1 477 184,53 €	525 288,94 €

As Receitas atingiram os 1,3 milhões de euros, representando um aumento de 366,3 mil euros (39,1%) face ao ano de 2022, principalmente pelo aumento da atividade nos Campos de Golfe, pelo incremento das receitas do Campo de Golfe da Terceira e pelo aumento das vendas nas *Proshops*.

O CMVMC atingiu os 395,0 mil euros, representando um aumento de 188,9 mil euros face a 2022; alinhado com o aumento das receitas e pela alteração do modelo do registo contabilístico. A Margem Bruta é 30,3%, um aumento de 8,3 p.p. vs 2022.

Os Custos com FSE foram de 457,3 mil euros, representando uma redução de 185,4 mil euros *versus* o ano anterior, pela adoção de medidas de redução de custos, apesar do aumento de custos com eletricidade no montante de 76,5 mil euros. Para além disso, registou-se um aumento de custos com a contratação de apoio jurídico para os



procedimentos da restauração e com a certificação de Sustentabilidade dos Campos de Golfe, no montante de 16 mil euros.

Os Gastos com Pessoal atingiram os 1,5 milhões de euros, correspondendo a uma redução de 1,9% face ao ano de 2022, pela redução do número de colaboradores no âmbito das concessões dos restaurantes, apesar do aumento de custos correspondentes ao aumento do SMN para o ano de 2023 no montante de 48,2 mil euros, de rescisões de contratos de trabalho decorrentes do processo de concessão dos espaços afetos à restauração no montante de 36,7 mil euros e, no âmbito da transmissão do campo de golfe da Terceira, da integração de 10 colaboradores do CGIT no montante de 136,1 mil euros.

Em Outras Rendimentos e Ganhos registou-se um aumento de 321,9 mil euros essencialmente pela recuperação de valores do Programa de Valorização do Emprego que estavam dados como “perdidos” no montante de 297 mil euros.

Em outros Gastos e Perdas registou-se um aumento de 73,2 mil euros, essencialmente pelo aumento de 47 mil euros referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), quer pela transmissão do Campo de Golfe da Terceira, quer pela atualização, em 2022, do VPT do Campo de Golfe da Batalha.

No âmbito do Contrato Programa para a Coesão, foram transferidos 3,5 milhões de euros, correspondendo a uma redução de 130 mil euros face ao plano para o ano de 2023, para fazer face a custos com amortizações de financiamentos (2,2 milhões de euros) e custos com Pessoal (1,5 milhões de euros).

As Amortizações e Depreciações atingiram os 460,4 mil euros, representando um aumento de 2,1% *versus* o ano de 2022, pela transmissão do Campo de Golfe da Terceira para a Ilhas de Valor, S.A. realizada no final de 2022.

Nos Encargos Financeiros foram de 541,4 mil euros, correspondendo a um aumento de 291,2 mil euros, considerando o incremento dos financiamentos obtidos pela transmissão do Campo de Golfe da Terceira no montante de 3,9 milhões de euros e pelo aumento das taxas de juros.

O Balanço resumido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentava-se conforme o quadro seguinte:

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Euros)

RUBRICAS	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	25 358 410,07 €	26 454 387,16 €
Ativos intangíveis	7	5 594,58 €	8 487,14 €
Participações financeiras	8	421 784,09 €	1 230 819,55 €
Outros ativos financeiros		839 210,46 €	4 280,72 €
		26 624 999,20 €	27 698 174,57 €
Ativo corrente			
Inventários	10	113 294,24 €	96 835,92 €
Cientes, contribuintes e utentes	11	67 099,81 €	55 340,73 €
Estado e outros entes públicos	13	0,00 €	40 314,56 €
Outras contas a receber	12	3 331 694,52 €	4 676 864,51 €
Diferimentos	14	5 235,80 €	3 406,00 €
Caixa e depósitos bancários	4	105 129,17 €	61 071,62 €
		3 622 453,54 €	4 933 833,34 €
Total do ATIVO		30 247 452,74 €	32 632 007,91 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	15 / 16	9 000 000,00 €	9 000 000,00 €
Reservas	15 / 17	831 264,45 €	805 000,00 €
Resultados transitados	15	3 384 212,65 €	4 641 903,94 €
Ajustamentos em ativos financeiros	15 / 18	-16 744,32 €	-16 744,32 €
Outras variações no Património Líquido	15 / 18	1 815 185,14 €	1 847 023,53 €
Resultado líquido do período		1 477 184,53 €	525 288,94 €
Interesse que não controlam			
		16 491 102,45 €	16 802 477,09 €
Total do Património Líquido		16 491 102,45 €	16 802 477,09 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	19	9 467 840,85 €	11 680 008,67 €
		9 467 840,85 €	11 680 008,67 €
Passivo corrente			
Fornecedores	20	118 079,62 €	159 153,38 €
Estado e outros entes públicos	13	231 414,67 €	70 534,19 €
Financiamentos obtidos	19	2 360 010,28 €	2 324 487,36 €
Outras contas a pagar	21	1 565 970,31 €	1 595 347,22 €
Diferimentos	14	13 034,56 €	0,00 €
		4 288 509,44 €	4 149 522,15 €
Total do Passivo		13 756 350,29 €	15 829 530,82 €
Total do Património Líquido e Passivo		30 247 452,74 €	32 632 007,91 €

9. Investimento

Em 2023 foram investidos 74.633,94 euros entre a recuperação do lago do campo de golfe da Batalha, a reparação de toda a caixilharia do *Club House* da Batalha, recuperação de equipamento para manutenção dos campos de golfe, aquisição de sacos

de golfe para aluguer, portões e cobertura dos armazéns do campo de golfe das Furnas e baterias para *buggies*.

10. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa do exercício de 2023 face ao ano de 2022, verifica-se que a empresa mantém o seu nível de Património Líquido.

10.1. Dados Económico-Financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa.

	31-Dez-23	31-Dez-22
Total de Proveitos	5.331.191,15	3.845.676,03
Volume de Negócios	1.302.780,10	936.481,56
Resultados Financeiros	(541.401,13)	(250.188,26)
EBIT (Resultados Operacionais)	2.308.031,77	879.687,69
EBITDA (Cash-flow Operacional)	2.768.477,29	1.330.510,24
Resultados Antes de Impostos	1.766.630,64	629.499,43
Resultado Líquido do Exercício	1.477.184,53	525.288,94
Rendibilidade dos Capitais Próprios	8,95%	3,13%
Rendibilidade das Vendas	113,39%	56,09%
Liquidez Geral	84,60%	118,90%
Autonomia Financeira	54,54%	51,49%
Solvabilidade	119,98%	106,15%
Endividamento	45,46%	48,51%

10.2. Indicadores Económico-Financeiros

	31-Dez-23	31-Dez-22
Rendibilidade operacional	177,16%	93,94%
Rendibilidade Financeira	8,95%	3,13%
Rendibilidade Económica	4,88%	1,61%
Grau de alavanca financeira	130,65%	139,74%

11. Perspetivas Futuras

Retomar o processo para alienação dos hotéis da Graciosa e das Flores e respetiva liquidação dos financiamentos obtidos para a construção dos mesmos no montante de 760 mil euros.

Lançar novo concurso para concessão do restaurante do campo de golfe das Furnas.



Considerando que o horário de abertura do bar/restaurante atualmente concessionado, avaliar a continuidade da exploração do Bar do Golfista no campo de golfe da Batalha.

Recuperar da cobertura do Club House do campo de golfe da Terceira.

Relativamente aos campos de golfe, perspectiva-se, no futuro, a alienação, por Concurso Público, a um privado ou a realização de um contrato de cessão de exploração, em moldes que se afigurem vantajosos, para a RAA e para a IdV. Para tal, está em análise de viabilidade o desenvolvimento de um projeto imobiliário e hoteleiro para os campos de golfe de S. Miguel e Terceira, que permita dar resposta às necessidades dos jogadores na experiência integrada de golfe, lazer e férias em família.

Continuar a acompanhar o processo de cobrança do Programa de Valorização do Emprego (PVE) por forma a garantir o reembolso das empresas devedoras.

12. Proposta de aplicação de resultados

Conforme consta da demonstração da posição financeira e demonstração de resultados, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi positivo em 1.477.184,53 euros (um milhão, quatrocentos e setenta e sete mil, cento e oitenta e quatro euros e cinquenta e três cêntimos).

Face ao exposto e nos termos da lei, o Conselho de Administração propõe que do resultado líquido do exercício apurado, 73.859,23 euros sejam transferidos para Reservas Legais, e os remanescentes 1.403.325,30 euros sejam transferidos para resultados transitados.

13. Factos Relevantes após o Termo do Exercício

Não existem factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

14. Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

15. Referências diversas

O Conselho de Administração julga de justiça exprimir os seus agradecimentos:

- A todos os trabalhadores e colaboradores da nossa Empresa pelo empenho e competência demonstrados no desempenho das suas atividades;
- Aos acionistas da Empresa que continuam a prestar-nos o seu apoio e confiança;
- Aos nossos clientes, às Instituições de Crédito, fornecedores e demais *stakeholders* pela confiança que têm demonstrado.

Vila do Porto, 12 de abril de 2024

O Conselho de Administração,

Fredrigo Indurá Teófilo
Pedro Miguel Indurá Teófilo
Mário António



16. Contas

- ✓ BALANÇO
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ✓ MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DE CAPITAL
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- ✓ ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

16.1. Balanço em 31 de dezembro de 2023

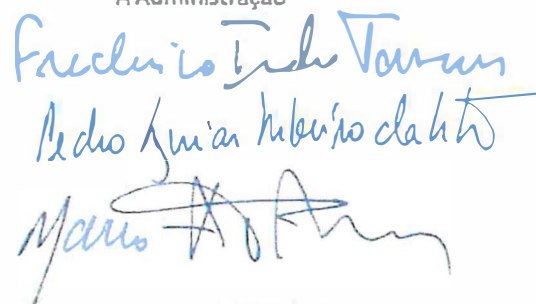
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

		(Euros)	
RUBRICAS	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	25 338 410,07 €	25 454 587,16 €
Ativos Intangíveis	7	5 594,58 €	8 487,14 €
Participações financeiras	8	421 784,09 €	1 230 819,55 €
Outros ativos financeiros		839 210,46 €	4 280,72 €
		26 624 999,20 €	27 698 174,57 €
Ativo corrente			
Inventários	10	113 294,24 €	96 835,92 €
Cientes, contribuintes e utentes	11	67 099,81 €	55 340,73 €
Estado e outros entes públicos	13	0,00 €	40 314,56 €
Outras contas a receber	12	3 331 694,52 €	4 676 864,51 €
Diferimentos	14	5 235,80 €	3 406,00 €
Caixa e depósitos bancários	4	105 129,17 €	51 071,62 €
		8 622 453,54 €	4 988 833,34 €
Total do Ativo		30 247 452,74 €	32 632 007,91 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	15 / 16	9 000 000,00 €	9 000 000,00 €
Reservas	15 / 17	831 264,45 €	805 000,00 €
Resultados transitados	15	3 384 212,55 €	4 641 903,94 €
Ajustamentos em ativos financeiros	15 / 18	-16 744,32 €	-16 744,32 €
Outras variações no Património Líquido	15 / 18	1 815 185,14 €	1 847 028,53 €
Resultado líquido do período		1 477 184,53 €	525 288,94 €
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		16 491 102,45 €	16 802 477,35 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	19	9 467 840,83 €	11 680 008,67 €
		9 467 840,83 €	11 680 008,67 €
Passivo corrente			
Fornecedores	20	118 079,62 €	159 153,38 €
Estado e outros entes públicos	13	231 414,67 €	70 534,19 €
Financiamentos obtidos	19	2 360 010,28 €	2 324 487,36 €
Outras contas a pagar	21	1 565 970,31 €	1 595 347,22 €
Diferimentos	14	13 034,56 €	0,00 €
		4 288 509,44 €	4 149 522,15 €
Total do Passivo		13 756 350,29 €	15 829 530,82 €
Total do Património Líquido e Passivo		30 247 452,74 €	32 632 007,91 €

O Contabilista Certificado n.º 94183



A Administração



16.2. Demonstração dos Resultados por Natureza/ Funções em 31 de dezembro de 2023

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2023

		(Euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Impostos e taxas			
Vendas	22	157 571,41	83 245,64
Prestações de serviços	22	1 135 208,69 €	851 235,92 €
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	23	3 552 464,50 €	2 755 148,93 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-28 194,72 €	-32 084,70 €
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	-394 959,89 €	-206 045,59 €
Fornecimentos e serviços externos	24	-457 313,49 €	-642 736,73 €
Gastos com pessoal	25	-1 548 419,51 €	-1 577 680,48 €
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		297 372,41 €	7 901,62 €
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	26	136 475,76 €	154 045,54 €
Outros gastos e perdas	27	-141 722,87 €	-64 539,91 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		2 765 477,29 €	1 430 510,24 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-460 445,52 €	-450 822,55 €
Imparidades de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)		2 305 031,77 €	979 687,69 €
Juros e rendimentos similares obtidos	28	881,57 €	
Juros e gastos similares suportados	28	-342 282,70 €	-250 188,26 €
Resultado antes de impostos		1 765 630,64 €	629 499,43 €
Imposto sobre rendimento do período	30	-289 448,11 €	-104 210,49 €
Resultado líquido do período		1 477 184,53 €	525 288,94 €

O Contabilista Certificado n.º 94183

Pedro Samic

A Administração

Frederico Guilherme Taveira
Pedro Miguel Ribeiro da Silva
Mário António

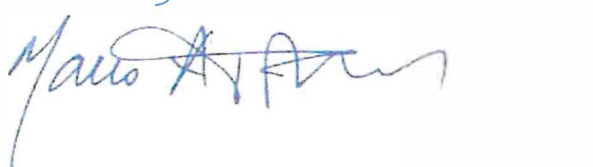
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
Período findo em 31 de dezembro de 2023

			(Euros)
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	22	1 302 780,10 €	936 481,56 €
Custo das vendas e serviços prestados	10	-852 278,38 €	-848 782,32 €
Resultado Bruto		450 501,72	87 699,24
Outros rendimentos		4 036 312,67 €	2 917 096,09 €
Gastos de distribuição		-2 178 782,62 €	-2 125 107,64 €
Gastos administrativos			
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos			
Resultado operacional (antes de depreciações e gastos de financiamento)		1 308 031,77 €	179 687,69 €
Gastos de financiamento (líquidos)	28	-541 401,13 €	-250 188,26 €
Resultado antes de impostos		766 630,64 €	429 499,43 €
Imposto sobre rendimento do período	30	-389 446,11 €	-104 210,49 €
Resultado líquido do período		1 477 184,53 €	525 289,94 €

O Contabilista Certificado n.º 94183



A Administração


 Pedro Miguel Almeida da Silva


RELATÓRIO E CONTAS 2023

ILHAS DE VALOR, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2028

[illegible]

O Contabilista Certificado n.º 94183

Pedro-Saric

A Administração

A ADMINISTRAÇÃO

Fredrick Indio Tavaras

Pedro Francisco de A. S.

Mário ~~de A. S.~~

16.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA
do período findo em 31 de dezembro de 2023

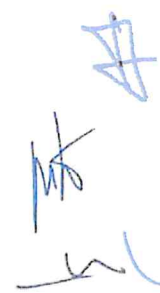
	Notas	2023	2022
(Euros)			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		1 517 806,23 €	931 506,30 €
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a Fornecedores		-1 114 209,95 €	-765 859,63 €
Pagamentos ao Pessoal		-1 386 548,00 €	-1 586 060,48 €
Caixa gerado pelas operações		-982 951,72 €	-1 420 513,81 €
Pagamento / Recebimento de impostos sobre o Rendimento		-81 439,02 €	97 333,88 €
Outros Recebimentos / Pagamentos		195 978,69 €	236 636,14 €
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		-848 414,95 €	-1 085 993,98 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		-152 074,35 €	-1 057 103,22 €
Ativos Intangíveis			-5 885,28 €
		-152 074,35 €	-1 062 988,50 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis			
Ativos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao Investimento			
Juros e Rendimentos Similares			
Dividendos			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-152 074,35 €	-1 062 988,50 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		613 672,11 €	852 826,47 €
Real, capital e outros instrumentos de CP			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras Operações de Financiamento		3 620 000,00 €	3 200 000,00 €
		4 233 672,11 €	3 852 826,47 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-2 790 317,01 €	-1 994 596,17 €
Juros e Gastos Similares		-398 808,25 €	-250 188,26 €
Dividendos			
Reduções capital e outros instrumentos de CP			
Outras Operações de Financiamento		-3 189 125,26 €	-2 244 784,43 €
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		1 044 546,55 €	1 608 042,04 €
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)	4	44 057,55 €	-540 950,44 €
Efeitos das Diferenças de Câmbio			
Caixa e seus Equivalentes no início do Período	4	51 071,62 €	902 022,06 €
Caixa e seus Equivalentes no fim do Período	4	105 129,17 €	351 071,62 €

O Contabilista Certificado n.º 94183

Pedro Sáez

A Administração

Frederico Augusto Teixeira
 Pedro Henrique Albuquerque
 Página | 29
 Marco X. (Três)



16.5. Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício Económico - 2023



1. Identificação da Entidade

A Ilhas de Valor, S.A., é uma sociedade anónima exclusivamente de capitais públicos, constituída em 29 de dezembro de 2005, com a sua sede na Rua de Ponta Delgada s/n, na zona do Aeroporto, Vila do Porto – Ilha de Santa Maria. A empresa tem por principal atividade o planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

A Ilhas de Valor, S.A. acompanha e executa políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade. Tem ainda como atividade, o acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, a gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, a gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, a gestão da Incubadora de Empresas do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial da Ilha de Santa Maria (INCUBA+ Santa Maria) e ainda o desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

A sociedade apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com o sistema de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de

Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC AP não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respectivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC").

2.2. Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Ilhas de Valor, S.A. e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.



A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	3 - 12
Equipamento administrativo	3 - 12

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a sociedade, se foram efetivamente controlados e se o seu valor for mensurável com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.



3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos



significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.5. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

3.6. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua

condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

3.7. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

3.8. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.



3.10. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica “Outros passivos correntes”.

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

3.11.1 Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,7%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei n.º 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.



3.11.2 Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

3.12. Benefícios aos empregados

A empresa reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

3.13. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.14. Subsídios e apoios do Governo

As participações financeiras atribuídas pelo Estado Português, pelo Governo Regional e pela União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela ILHAS DE VALOR são reconhecidos pelo seu justo



valor, nomeadamente pelo valor fixado no contrato assinado entre as partes, e quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratuamente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas, e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, mesmo período em que os gastos associados são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

No caso de subsídios mistos, como o caso do Contrato-programa Coesão atribuído anualmente pela RAA, é apurada a parcela destinada a investimento e registada na rubrica de Capital Próprio, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. A parcela destinada a apoio à exploração é reconhecida na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

3.15. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

3.16. Especialização dos exercícios

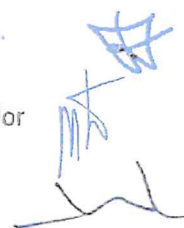
Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Ilhas de Valor. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

3.18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as



variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.19. Principais fontes de incerteza das estimativas

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.20. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

3.21. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 têm a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	2 890,30 €	1 844,76 €
Depósitos bancários	102 238,87 €	59 226,86 €
	105 129,17 €	61 071,62 €

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados e corrigidos erros materiais.

6. Ativos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terras e Out. Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Investimentos em Curso	Total
ATIVOS - VALOR BRUTO								
A 1 de janeiro de 2023	7 878 937,86 €	72 005 884,83 €	1 518 771,89 €	64 902,79 €	253 183,61 €	308 434,30 €	0,00 €	72 089 424,82 €
Aquisições		48 528,83 €	12 780,54 €			13 316,57 €		74 625,94 €
Transferências e Abates	106 664,26 €	808 146,11 €	-879 037,22 €					35 773,15 €
A 31 de dezembro de 2023	7 985 602,12 €	73 842 139,74 €	1 641 515,21 €	64 902,79 €	253 183,61 €	321 750,87 €	0,00 €	73 069 194,34 €
DEPRECIACÕES ACUMULADAS								
A 1 de janeiro de 2023	0,00 €	6 344 369,60 €	693 138,90 €	64 902,79 €	226 572,81 €	308 434,30 €		7 637 428,40 €
Dotações / Reforço		366 105,24 €	85 009,80 €		5 923,64 €	520,28 €		457 558,96 €
Anulação / Reversão		201 552,30 €	-879 037,22 €					-677 484,92 €
A 31 de dezembro de 2023	0,00 €	6 911 927,14 €	899 111,48 €	64 902,79 €	232 496,45 €	308 954,58 €	0,00 €	8 417 392,44 €
Valor Líquido Contábil	7 985 602,12 €	66 930 212,60 €	742 403,73 €	0,00 €	25 687,16 €	12 796,29 €	0,00 €	68 986 801,90 €

A principal variação nos ativos fixos tangíveis resume-se ao desreconhecimento de alguns ativos que, apesar de estarem contabilizados na entidade, os mesmos já não pertencem à Ilhas de Valor.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7. Ativos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2023 a rubrica “ativos intangíveis” apresentava a seguinte composição:

	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Investimentos em Curso	Total
ATIVOS - VALOR BRUTO						
A 1 de janeiro de 2023				395 561,60 €		395 561,60 €
Aquisições						0,00 €
Transferências e Abates						0,00 €
A 31 de dezembro de 2023	0,00 €	0,00 €	0,00 €	395 561,60 €	0,00 €	395 561,60 €
DEPRECIACÕES ACUMULADAS						
A 1 de janeiro de 2023				182 720,56 €		182 720,56 €
Dotações / Reforço				2 892,56 €		2 892,56 €
Anulação / Reversão						0,00 €
A 31 de dezembro de 2023	0,00 €	0,00 €	0,00 €	185 613,12 €	0,00 €	185 613,12 €
Valor Líquido Contábil	0,00 €	0,00 €	0,00 €	209 948,48 €	0,00 €	209 948,48 €

8. Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o investimento em subsidiárias e associadas é como segue:

	Capital	% Participação	Ajustamento
Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda	739 250,91 €	60,87%	449 982,03 €
	Resultado	% Participação	Ajustamento
Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda	-46 319,89 €	60,87%	-28 194,92 €

Os quadros acima indicam os valores dos capitais próprios da empresa participada, a participação no capital da mesma, assim como o resultado obtido pela empresa, sendo ajustados na conta de Investimentos Financeiros, pelas variações nos capitais próprios, assim como a imputação como gasto dos resultados.

	Participação Capital - MEP	Suprimentos	Total
A 1 de janeiro de 2022	482 066,73 €	721 637,52 €	1 203 704,25 €
Ganhos / Perdas	-32 084,70 €		-32 084,70 €
Outros movimentos no capital			
Dividendos recebidos			
Empréstimos concedidos		59 200,00 €	
A 31 de dezembro de 2022	449 982,03 €	780 837,52 €	1 230 819,55 €
Ganhos / Perdas	-28 194,72 €		-28 194,72 €
Outros movimentos no capital	-3,22 €		-3,22 €
Dividendos recebidos			
Empréstimos concedidos		51 732,01 €	51 732,01 €
A 31 de dezembro de 2023	421 784,09 €	832 569,53 €	1 254 353,62 €

- A Pousada da Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda. contempla uma diminuição de 3,22 euros pelos ajustamentos dos capitais, e uma diminuição em 28.194,72 euros pelo ajustamento da imputação dos resultados de 2023, passando o seu valor de 1.230.819,55 euros para 1.254.353,62 euros.
- O valor da participação financeira era de 449.982,03 euros em 2022, face aos ajustamentos em 2023 a participação financeira pelo método da equivalência patrimonial é de 421.784,09 euros.
- Na rubrica de participações financeiras, acresce o valor de empréstimos concedidos pela Ilhas de Valor, S.A. à subsidiária Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda., cujo saldo a 31/12/2023 era de 780.837,52 euros.
- Em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer montante registado a título de provisão para investimentos financeiros.

9. Ativos por impostos diferidos

O detalhe de ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Saldo em 01-01-2023	Resultado Líquido	Capitais Próprios	Saldo em 31-12-2023
Ativos por impostos diferidos				
Ajustamentos de Inventários				
Ajustamentos de clientes cob. Duvidosa				
Prejuízos fiscais reportáveis	62 920,12 €	-62 920,12 €		0,00 €
Outros				
	62 920,12 €	-62 920,12 €	0,00 €	0,00 €
Passivos por impostos diferidos				
Ganhos tributados em períodos futuros				
Revalorizações de ativos fixos tangíveis				
Outros				
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

10. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias	80 697,94 €	84 208,60 €
Matérias primas, Subsidiárias e de Consumo	32 596,30 €	12 627,32 €
	113 294,24 €	96 835,92 €

	31/12/2023			31/12/2022		
	Mercadorias	Matérias primas	Total	Mercadorias	Matérias primas	Total
Saldo inicial 1 de janeiro	84 208,60 €	12 627,32 €	96 835,92 €	50 367,62 €		50 367,62 €
Regularizações	-27 198,20 €		-27 198,20 €			0,00 €
Compras	291 463,20 €	147 153,21 €	438 616,41 €	176 638,50 €	75 875,39 €	252 513,89 €
Custo de vendas	-267 775,66 €	-127 184,23 €	-394 959,89 €	-142 797,52 €	-63 248,07 €	-206 045,59 €
Saldo final 31 de dezembro	80 697,94 €	32 596,30 €	113 294,24 €	84 208,60 €	12 627,32 €	96 835,92 €

As compras de mercadorias e matérias-primas estão relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golfe.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2023, como gasto e incluído na rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 394.959,89 euros (em 2022: 206.045,59 euros). Este aumento está relacionado com a melhor identificação e reconhecimento das mercadorias e matérias-primas que anteriormente eram consideradas diretamente como gastos de fornecimentos e serviços externos.

11. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes conta corrente	67 099,81 €	55 340,73 €
Clientes - títulos a receber		
Clientes - factoring		
Clientes Cobrança Duvidosa	67 099,81 €	55 340,73 €
Perdas por Imparidade Acumuladas	67 099,81 €	55 340,73 €

Em 2023, não foi contabilizada qualquer constituição ou reversão da imparidade.

Perdas por imparidade	31/12/2023	31/12/2022
Saldo a 1 de janeiro		
Aumento		
Reversão		-7 901,62 €
Regularizações		
	0,00 €	-7 901,62 €

12. Outros créditos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como se segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Hotel Angrasol - Aval (1)	188 376,98 €	383 376,98 €
Diversos	8 368,66 €	8 437,82 €
Fundo Contragarantia - Linhas Açores Investe e Açores Empresas	546 409,00 €	546 409,00 €
Linha Açores Investe II	181 237,44 €	172 144,00 €
Linha Reestruturação I	400,51 €	400,51 €
Linhas Reestruturação II	130 378,98 €	120 570,80 €
Linha Reestruturação III	458 865,76 €	428 879,37 €
Programa Estabilização Emprego	20 608,28 €	20 404,81 €
Linhas Diversas	30 181,21 €	30 181,21 €
Linhas de Crédito PVE	1 766 498,04 €	2 903 139,89 €
	3 331 324,86 €	4 613 944,39 €

- (1) Em 2010, no âmbito do Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER), a Ilhas de Valor, S.A. foi avalista de um contrato de financiamento de manifesto interesse regional concedido à empresa Angrasol – Hotelaria, Turismo e Comércio, S.A. no valor de 5.000.000,00 euros, mediante a prestação de contra-garantia por via da Hipoteca de dois prédios urbanos onde está edificado o Angra Marina Hotel. Entretanto, face à crise pandémica da Covid-19, a sociedade Angrasol, S.A. não cumpriu com o pagamento de 2 prestações bancárias previstas no plano de pagamentos do financiamento. Por conseguinte, a Ilhas de Valor, S.A., na qualidade de garante, pagou em outubro de 2020 o montante de 503.376,98 euros à CEMAH – Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Nas contas da Ilhas de Valor, S.A., este valor foi considerado na rubrica de “Outros Créditos a Receber”, considerando a expectativa de recuperação da totalidade do valor pago, quer pela devolução da própria empresa Angrasol, S.A., quer pela execução da referida hipoteca. Entretanto, foi aprovado um plano de pagamentos no valor de 10.000,00 euros/mensal, tendo sido amortizado em 2021 o valor de 30.000,00 euros e em 2022 o valor de 90.000,00 euros. Em 2023 a mensalidade aumentou para 15.000 euros, tendo a Angrasol pago 13 prestações no montante total de 195.000 euros.
- (2) No que se refere ao Programa de Valorização do Emprego (PVE), salienta-se que foi cedida, às empresas beneficiárias, a possibilidade de aderirem ao prazo complementar de reembolso de empréstimo, no âmbito da Resolução do Conselho do Governo n.º 75/2020, de 24 de março. Apesar desta prorrogação do prazo, verificou-se que existia um grande nível de incumprimento dos reembolsos estabelecidos. Durante o ano de 2023 verificou-se um trabalho exaustivo por parte da direção em cobrar os valores que eram devidos, resultando este esforço num recebimento de cerca de 400.000 euros no presente ano, na concretização de inúmeros acordos de pagamentos que irão permitir receber nos próximos anos uma quantia ainda superior a 2023, e na identificação e contabilização das imparidades realmente existentes.

13. Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Imposto s/ Rendimento das Pessoas Coletivas		
Imposto s/ Valor Acrescentado	0,00 €	40 314,56 €
	0,00 €	40 314,56 €
Passivo		
Imposto s/ Rendimento das Pessoas Coletivas	197 182,99 €	32 145,14 €
Imposto s/ Rendimento das Pessoas Singulares	176,13 €	6 336,58 €
Imposto s/ Valor Acrescentado	6 192,06 €	
Contribuições p/ Segurança Social	27 863,49 €	32 052,47 €
Outros Impostos		
	231 414,67 €	70 534,19 €
	-231 414,67 €	-30 219,63 €

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31/12/2023	31/12/2022
Pagamentos por conta	29 343,00 €	
Retenções na Fonte	0,00 €	
Estimativa IRC (nota 30)	197 182,99 €	32 145,14 €
	226 525,99 €	32 145,14 €

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social, impostos nas demonstrações liquidados no mês seguinte.

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Ilhas de Valor, S.A. tem registado na rubrica diferimentos - Gastos a reconhecer os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes, como os prémios de seguro.

	31/12/2023	31/12/2022
Diferimentos (Ativo)	5 235,80 €	3 406,00 €
Valores a faturar		
Seguros e outros serviços	5 235,80 €	3 406,00 €
Juros a pagar		
Outros gastos a reconhecer		
Diferimentos (Passivo)	13 034,36 €	0,00 €
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à Exploração a reconhecer	13 034,36 €	
Outros rendimentos a reconhecer		

15. Variações na rubrica de Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Património Líquido da empresa variou da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Capital Subscrito	9 000 000,00 €	9 000 000,00 €
Ações (quotas) Próprias	0,00 €	0,00 €
Outros Instrumentos de Capital Próprio	0,00 €	0,00 €
Prémios de Emissão	0,00 €	0,00 €
Reservas	831 264,45 €	805 000,00 €
Legais	831 264,45 €	805 000,00 €
Outras	0,00 €	0,00 €
Outras	0,00 €	0,00 €
Resultados Transitados	3 384 212,65 €	4 641 903,94 €
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-16 744,32 €	-16 744,32 €
Excedentes de Revalorização	0,00 €	0,00 €
Outras Variações no Capital Próprio	1 815 185,14 €	1 847 028,53 €
Resultados	1 477 184,53 €	525 288,94 €
	16 491 102,45 €	16 802 477,09 €

Desta forma, o património líquido da empresa que era de 16.802.477,09 euros em 2022 passa para 16.491.102,45 euros em 2023.

16. Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Ilhas de Valor, S.A., encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1 800 000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	N.º de Ações	Capital Social
Capital	1 800 000	9 000 000,00 €

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

Acionistas	N.º de Ações	Capital Social	% Detida
Região Autónoma dos Açores	910 000	4 550 000,00 €	50,56%
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890 000	4 450 000,00 €	49,44%
	1 800 000	9 000 000,00 €	100,00%

17. Reservas Legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a reserva legal não se encontra totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

18. Ajustamentos / Outras Variações no Património Líquido

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o património líquido da empresa variaram da seguinte forma:

	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras Variações no Património Líquido	Total
A 1 de janeiro de 2022	-16 744,32 €	1 557 087,50 €	1 540 343,18 €
Reconhecimento de subsídio		449 363,27 €	449 363,27 €
Amortização de subsídio		-109 455,84 €	-109 455,84 €
Ajustamento por imposto		-49 966,40 €	-49 966,40 €
Ajustamento capital próprio subsidiária			0,00 €
31 de dezembro de 2022	-16 744,32 €	1 847 028,53 €	1 830 284,21 €
Reconhecimento de subsídio		74 633,94 €	74 633,94 €
Amortização de subsídio		-111 965,00 €	-111 965,00 €
Ajustamento por imposto		5 487,67 €	5 487,67 €
Ajustamento capital próprio subsidiária			0,00 €
31 de dezembro de 2023	-16 744,32 €	1 815 185,14 €	1 798 440,82 €

Os valores registados como Ajustamentos em ativos financeiros resultam essencialmente das movimentações associadas aos subsídios ao investimento no património líquido da subsidiária.

A decomposição do saldo referente a Outras variações no património líquido pelas respetivas naturezas é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Comparticipações comunitárias - Subsídios	2 128 001,34 €	2 165 332,40 €
Ajustamento por imposto (nota 21)	-312 816,20 €	-318 303,87 €
	1 815 185,14 €	1 847 028,53 €

O montante reconhecido nesta rubrica referente ao imposto a pagar no futuro foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 21).

19. Financiamentos Obtidos

A classificação dos empréstimos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

Empréstimos Bancários	31/12/2023		31/12/2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Santander Totta - Flores	232 970,00 €	93 188,03 €	326 158,03 €	93 188,00 €
Santander Totta - Graciosa	309 108,42 €	123 643,37 €	432 751,79 €	123 643,36 €
Santander Totta - Geral	0,00 €	116 054,76 €	114 017,06 €	150 805,00 €
Novo Banco dos Açores (A)	1 350 000,00 €	675 000,00 €	2 025 000,00 €	675 000,00 €
Novo Banco dos Açores (B)	4 002 857,14 €	-	4 002 857,14 €	-
Bankinter	688 866,83 €	697 124,12 €	1 370 186,65 €	670 889,00 €
CEMAH CIGIT	2 359 038,46 €	262 500,00 €	2 577 500,00 €	262 500,00 €
BPG CCGIT	525 000,00 €	262 500,00 €	831 538,00 €	218 462,00 €
CCC NBA	-	130 000,00 €	-	130 000,00 €
	9 467 840,85 €	2 380 010,28 €	11 680 008,67 €	2 374 487,36 €

Os financiamentos acima indicados, tratam-se de financiamentos a médio e longo prazo, em cumprimento e de acordo com os respetivos planos financeiros. Uma vez que a totalidade dos empréstimos são negociados a condições de mercado (a taxas de juro variáveis), o justo valor dos empréstimos é semelhante ao valor contabilístico dos mesmos.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval da Região Autónoma dos Açores.

20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores conta corrente	118 079,62 €	159 153,38 €
Fornecedores receção e conferência	-	-
	118 079,62 €	159 153,38 €

Verificou-se assim uma redução de cerca de 26% de dívidas a fornecedores no decorrer de 2023.

21. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de Investimentos	0,00 €	130 563,36 €
Acréscimo Remunerações a Liquidar	169 092,72 €	197 648,13 €
Acréscimo Juros a Liquidar	234 407,06 €	108 406,43 €
Remunerações a Liquidar e Sindicato	0,00 €	199,83 €
Linhas de Crédito Bancos	821 672,18 €	772 580,70 €
Ajustamento em Subsídios	312 816,20 €	318 303,87 €
Outras contas a pagar	27 982,15 €	67 644,90 €
	1 565 970,31 €	1 595 347,22 €

A salientar a redução do acréscimo de encargos com remunerações devido à diminuição destes encargos, e do aumento dos juros, devido ao financiamento assumido na aquisição do campo de golfe da Ilha Terceira.

22. Rédito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
	1 302 780,10 €	936 481,56 €
Vendas de Mercadorias	167 571,41 €	85 245,64 €
Prestações de Serviços	1 135 208,69 €	851 235,92 €

Em 2023, verifica-se um aumento considerável nas vendas e prestações de serviços (aumento de 39,1%), comparativamente ao ano de 2022.

23. Subsídios à exploração

O montante de subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
	3 552 464,50 €	2 755 148,93 €
Contrato-programa - Coesão	3 545 366,06 €	2 750 636,73 €
Apoios ao Emprego	7 098,44 €	4 512,20 €

Em 2022, a Ilhas de valor recebeu o montante de 3.620.000 euros no âmbito do contrato-programa assinado com a RAA, destinado à concretização do plano de investimento e de atividade da empresa, com particular relevância no âmbito coesão regional. Deste montante, foi, entretanto, apurado o valor de 74.633,94 euros de investimento em ativos fixos tangíveis, que foi reconhecido na rubrica de Capital Próprio e subsequentemente na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. O restante montante de 3.545.366,06 euros destinou-se à cobertura dos gastos inerentes ao funcionamento da sociedade e que foram incorridos no próprio exercício, pelo que foi contabilizado em subsídios de exploração.

24. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Subcontratos	15 888,70 € -	
Serviços Especializados	210 845,95 €	308 346,62 €
Materiais	12 348,47 €	22 573,17 €
Energia e Flúidos	148 428,60 €	153 068,13 €
Deslocações, estadas e transportes	12 606,92 €	14 895,18 €
Serviços diversos	57 199,85 €	143 853,63 €
	457 318,49 €	642 736,73 €

Registou-se uma diminuição em fornecimentos e serviços externos durante o ano de 2023, quando comparado com o ano anterior, motivado essencialmente pela renegociação de alguns contratos existentes e pela melhoria na eficiência operacional.

25. Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2023 e 2022, foram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações dos órgãos sociais	60 433,39 €	96 684,68 €
Remunerações do pessoal	1 156 491,04 €	1 165 745,67 €
Encargos sobre remunerações	274 944,18 €	290 389,48 €
Indemnizações	40 760,87 €	
Seguros	15 151,63 €	19 336,23 €
Outros gastos com pessoal	638,40 €	5 504,42 €
	1 548 419,51 €	1 577 660,48 €

A rubrica de gastos com pessoal, apesar do aumento do salário mínimo e do pagamento de indemnizações, sofreu uma ligeira redução em 2023. É a expectativa da entidade que em 2024 essa redução seja mais considerável, concretizando a política de reestruturação de gastos aplicada no corrente ano.

26. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Subsídios Investimento		
PO 2020 - Incubadora Empresas St. Maria	41 424,28 €	41 424,28 €
Contrato-programa Coesão 2020	16 003,14 €	16 003,14 €
Contrato-programa Coesão 2021	20 086,07 €	20 086,07 €
Contrato-programa Coesão 2022	31 942,35 €	31 942,35 €
Contrato-programa Coesão 2023	2 509,16 €	
Outros rendimentos e ganhos	74 510,76 €	44 589,70 €
	186 475,76 €	154 045,54 €

Dos 186.475,76 euros contabilizados em outros proveitos, 111.965,00 euros dizem respeito à imputação de Subsídio ao investimento, nomeadamente na Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria (PO2020) no valor de 41.424,28 euros; e nos investimentos em ativos fixos tangíveis no âmbito dos Contratos-programa "Coesão" de 2020, de 2021, 2022 e de 2023 no valor de 70.540,72 euros. Restantes proveitos resultam de proveitos residuais e correções em inventários.

27. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos ocorridos foram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos	72 694,65 €	33 641,74 €
Taxas	4 848,01 €	229,76 €
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	28 194,72 €	52 688,95 €
Doações	-	-
Outros gastos e perdas	64 180,21 €	30 895,41 €
	169 917,59 €	117 455,86 €

A verba de 72.694,65 euros inclui é essencialmente referente a IMI, verificando-se um aumento significativo do mesmo devido à aquisição do campo de golfe da ilha Terceira.

A verba 28.194,72 euro resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial referente à "Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda".

A verba de 64.180,21 euros reflete ajustamentos realizados em inventários e as quotizações pagas a entidades externas.

28. Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Juros e rendimentos similares obtidos	881,57 €	0,00 €
Juros obtidos		
Outros rendimentos similares	881,57 €	
Juros e rendimentos similares suportados	542 282,70 €	250 188,26 €
Juros suportados	501 306,06 €	218 214,31 €
Outros gastos e perdas de financiamento	40 976,64 €	31 973,95 €
Resultados financeiros	-541 401,13 €	-250 188,26 €

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não se registaram proveitos ou rendimentos financeiros significativos.

Os gastos financeiros incluem os juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo, contraídos pela empresa para o financiamento das suas atividades. Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões associadas aos financiamentos obtidos. O aumento destes gastos está diretamente relacionado com a aquisição do campo de golfe da ilha Terceira e dos financiamentos assumidos no momento da transição.

29. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2023 atingiam um valor de 2.163.454,33 euros (em 2022 – 2.779.758,80 euros), sendo que a esta data não existia nenhum financiamento em incumprimento.

30. Imposto sobre o Rendimento do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto s/ rendimento corrente	197 182,99 €	32 145,14 €
Imposto s/ rendimento diferido	62 920,12 €	72 065,35 €
	260 103,11 €	104 210,49 €

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes de Imposto	1 766 630,64 €	629 499,43 €
Diferenças temporárias		
Diferenças permanentes	-139 226,73 €	-70 844,14 €
MEP	-28 194,72 €	-32 084,70 €
Outros	-111 032,01 €	-38 759,44 €
Lucro Tributável / Prejuízo Fiscal	1 905 857,37 €	700 343,57 €
Taxa nominal de imposto	14,70%	14,70%
Imposto	280 161,03 €	102 950,50 €
Pagamentos por Conta	29 343,00 €	
Derrama Municipal		
Derrama Estadual	8 523,00 €	
Tributação Autónoma	762,08 €	1 259,99 €
Imposto diferido	62 920,12 €	72 065,35 €
Imposto s/ Rendimento	289 446,11 €	104 210,49 €
Taxa efetiva de imposto	15,38%	15,55%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de imposto	14,70%	14,70%
Derrama	0,0%	1,00%
Derrama Estadual		
1.500.000 < LT ≤ 7.500.000	2,10%	2,40%
7.500.000 < LT ≤ 35.000.000	3,50%	4,00%
LT > 35.000.000	6,30%	7,20%

31. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Ilhas de Valor, S.A. é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,56% do capital da Empresa. O restante é detido pelo Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico (49,44%).

31.1. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Empresa foi considerado de acordo com a NCRF 5 – Partes Relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração foram na sua totalidade liquidadas pela Ilhas de Valor, S.A.

31.2. Remuneração do Revisor oficial de contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas no exercício de 2023 cifrou-se em 5.568 euros. O mesmo não prestou outros serviços distintos de auditoria.

31.3. Saldos e Transações com Empresas Subsidiárias e Associadas

No final dos períodos de 2023 e 2022 os saldos pendentes em Outros Créditos a Receber, resultantes de transações efetuadas com a subsidiária Pousada de Juventude da Caldeira de S. Cristo, Lda. são de 832.569,53 euros e de 780.837,52 euros, respetivamente.

32. Disposições Legais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

33. Eventos subsequentes

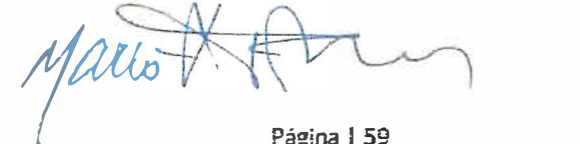
À data de emissão destas demonstrações financeiras, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2023 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado n.º 94183



A Administração







34. Mapas Orçamentais

34.1. Demonstração do desempenho orçamental

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2023
 Lançamento: 000

Valores em EUR

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gestão anterior							
	Operações orçamentais [1]	56 816,40	0,00	0,00	0,00	0,00	56 816,40	0,00
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					4 255,23	4 255,23	0,00
	Receita corrente							
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	9 513,07	0,00	0,00	0,00	0,00	9 513,07	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	38 502,60	0,00	0,00	0,00	0,00	38 502,60	0,00
R5	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1 480 707,02	-884,70	0,00	0,00	0,00	1 479 822,32	0,00
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de Capital	0,00	3 620 000,00	0,00	0,00	0,00	3 620 000,00	0,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	3 620 000,00	0,00	0,00	0,00	3 620 000,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	3 620 000,00	0,00	0,00	0,00	3 620 000,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	600 716,63	0,00	0,00	0,00	0,00	600 716,63	0,00
	Outro							
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	2 129 481,31	3 619 115,30	0,00	0,00	0,00	5 748 596,61	0,00
	Receita não efetiva [3]	121 184,08	0,00	0,00	0,00	0,00	121 184,08	0,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	121 184,08	0,00	0,00	0,00	0,00	121 184,08	0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	2 307 481,79	3 619 115,30	0,00	0,00	0,00	5 926 597,09	0,00
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					516 482,31	516 482,31	0,00

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Regularizações)

Exercício: 2023
Lançamento: 000

Valores em EUR

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	0,00	1 586 134,71	0,00	0,00	0,00	1 586 134,71	0,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	1 200 619,95	0,00	0,00	0,00	1 200 619,95	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	77 525,66	0,00	0,00	0,00	77 525,66	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	307 989,10	0,00	0,00	0,00	307 989,10	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	758 825,88	266 900,50	0,00	0,00	0,00	1 025 726,38	0,00
D3	Juros e outros encargos	0,00	432 701,19	0,00	0,00	0,00	432 701,19	0,00
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	60 979,11	116 066,35	0,00	0,00	0,00	187 045,46	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	258 738,29	0,00	0,00	0,00	258 738,29	0,00
	Despesa de Capital							
D7	Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	51 732,01	0,00	0,00	0,00	51 732,01	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	820 805,19	2 722 273,05	0,00	0,00	0,00	3 543 078,24	0,00
	Despesa não efetiva [6]	1 385 802,65	896 842,25	0,00	0,00	0,00	2 282 644,90	0,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	1 385 802,65	896 842,25	0,00	0,00	0,00	2 282 644,90	0,00
	Soma [7]+[5]+[6]	2 206 607,84	3 619 115,30	0,00	0,00	0,00	5 825 723,14	0,00
	Parâmetros de operações de tesouraria [C1]					516 482,31	516 482,31	1 644,08
	Saldos para gestão seguinte							
	Operações orçamentais [8]=-[4]-[7]	100 873,95	0,00	0,00	0,00	0,00	100 873,95	0,00
	Operações de tesouraria [D]=-[A]+[8]-[C]					4 255,22	4 255,22	-1 644,08
	Saldo global [2]-[5]	1 308 678,12	896 842,25	0,00	0,00	0,00	2 205 518,37	0,00
	Despesa primária	820 805,19	2 280 571,88	0,00	0,00	0,00	3 110 377,05	0,00
	Saldo corrente	707 917,50	-2 671 425,74	0,00	0,00	0,00	-1 963 508,24	0,00
	Saldo de capital	600 758,62	1 568 267,99	0,00	0,00	0,00	4 169 026,61	0,00
	Saldo primário	1 308 678,12	1 329 543,44	0,00	0,00	0,00	2 638 221,56	0,00
	Receita total [1]+[2]+[3]	2 307 481,79	3 619 115,30	0,00	0,00	0,00	5 926 597,09	0,00
	Despesa total [5]+[6]	2 206 607,84	3 619 115,30	0,00	0,00	0,00	5 825 723,14	0,00

Pedro Sáez

Frederico Sanches
Pedro Sáez
Mário Sáez

34.2. Demonstração da Execução Orçamental da Receita

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2023
Lançamento: <TD005>

Valores em EUR															
Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Total	Por cobrar no final do período	Grav. em % art. 69.º	
							Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Períodos anteriores			Período corrente	
Receitas Correntes															
R1	Receita fiscal														
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	10 500,00	0,00	9 511,27	0,00	9 511,27	0,00	0,00	0,00	9 511,27	9 511,27	0,00	0,00	90,60%	90,60%
R4	Rendimentos de propriedade	37 029,20	0,00	40 822,40	0,00	38 502,60	0,00	0,00	0,00	38 502,60	38 502,60	2 320,08	0,00%	103,58%	103,58%
Transferências Correntes															
Administrações Públicas															
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	1 340 513,53	75 813,94	1 402 154,46	2 962,42	1 402 894,74	2 962,42	2 962,42	36 402,47	1 443 329,85	1 479 822,33	83 343,86	2 773	107,67%	107,67%
R7	Outras receitas correntes	0,00	1 756,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 756,66	0,00	0,00%	0,00%
Total das Receitas Correntes															
		1 388 852,73	75 528,60	1 542 496,33	2 962,42	1 530 826,41	2 962,42	2 962,42	36 402,47	1 461 345,22	1 527 827,86	87 266,32	2,63%	107,44%	107,44%
Receitas de Capital															
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Transferências de Capital															
Administrações Públicas															
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.4	Administração Regional	4 120 000,00	0,00	3 420 000,00	0,00	3 420 000,00	0,00	0,00	0,00	3 420 000,00	3 420 000,00	0,00	0,00%	81,29%	81,29%
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.3	Outras	546 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R10	Outras receitas de capital	533 235,18	16 124,53	1 100 758,15	0,00	600 758,62	0,00	0,00	279 355,95	321 402,67	600 758,62	956 324,06	52,16%	60,27%	60,27%
Total das Receitas de Capital		5 179 644,18	16 324,53	5 120 758,15	0,00	6 007 586,22	0,00	0,00	279 355,95	3 041 402,67	6 230 758,82	956 324,06	1,59%	76,69%	76,69%
Receitas não efetivas															
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%

Pedro Sáez

Fundação Pedro Sáez

Não há em linha com o

Maria Sáez

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2023		Valores em EUR													
Legislação: «TODOS»		Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
Rubrica	Emitidos							Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Período corrente		Períodos anteriores	Período corrente
813	Passivos financeiros		500 000,00	0,00	321 184,08	0,00	321 184,08	0,00	0,00	0,00	321 184,08	321 184,08	0,00	0,00%	24,24%
			500 000,00	0,00	321 184,08	0,00	321 184,08	0,00	0,00	0,00	321 184,08	321 184,08	0,00	0,00%	24,24%
811	Reposição não abatidas aos pagamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
814	Saldo da gestão anterior - operações orçamentais		0,00	0,00	56 816,40	0,00	56 816,40	0,00	0,00	0,00	56 816,40	56 816,40	0,00	0,00%	0,00%
			1 388 052,73	75 138,60	1 542 400,33	2 982,42	1 539 417,91	2 982,42	2 982,42	36 402,47	1 493 015,43	1 527 837,90	87 285,52	2,63%	107,44%
			5 179 664,18	56 324,53	5 130 758,15	0,00	4 220 758,43	0,00	0,00	279 355,93	3 941 402,50	4 220 758,43	956 324,08	5,19%	74,09%
			500 000,00	0,00	321 184,08	0,00	321 184,08	0,00	0,00	0,00	321 184,08	321 184,08	0,00	0,00%	24,24%
			7 067 716,91	131 463,13	6 841 248,96	2 982,42	5 939 279,53	2 982,42	2 982,42	315 888,42	5 623 748,67	5 939 279,56	1 043 532,58	4,47%	79,39%

Pedro Simão

Federico Indelicato
M. dos Anjos an Indelicato
M. dos Anjos

34.3. Demonstração da Execução Orçamental da Despesa

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2023
Lançamento: <T0005>

Valores em EUR																	
Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Despesas Corrigidas	Cativos / descontos	Compromissos		Obrigações		Despesas das liquidades de liquidades		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Períodos anteriores	Grupos de liquidade			
					Períodos anteriores	Período corrente	Total										
D1	Despesas com o pessoal																
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	8 866,87	2 221 586,26	0,00	1 220 154,35	1 220 154,35	8 866,87	1 192 112,27	1 200 610,96	0,00	18 136,66	0,70%	97,63%				
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 027,56	78 728,57	0,00	78 728,57	78 728,57	1 027,56	76 502,96	77 525,66	0,00	1 202,91	1,30%	97,18%				
D1.3	Segurança social	31 121,86	349 610,57	0,00	349 610,57	349 610,57	31 121,86	287 137,65	307 980,10	0,00	41 169,02	5,96%	82,13%				
D2	Aquisição de bens e serviços	165 380,86	1 180 870,35	0,00	1 125 043,02	1 125 043,02	165 380,86	862 136,56	1 028 726,38	0,00	88 116,64	13,94%	73,01%				
D3	Juros e outros encargos	0,00	488 500,00	0,00	482 701,38	482 701,38	0,00	482 701,38	482 701,38	0,00	0,00	0,00%	98,79%				
D4	Transferências correntes																
D4.1	Administrações Públicas																
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D4.1.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D4.1.4	Outras	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D5	Subsídios	2 252,51	235 737,78	0,00	197 557,44	197 557,44	2 252,51	184 793,11	187 041,66	0,00	10 511,78	0,96%	78,39%	78,39%			
D6	Outras despesas correntes	197 628,37	120 166,01	0,00	140 500,38	140 500,38	197 628,37	41 644,96	208 731,28	0,00	81 767,76	37,89%	11,85%	11,85%			
Total das Despesas Correntes														3 461 346,21	3 202 802,24	9,80%	76,95%
Despesas de Capital																	
D7	Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D7.1.4	Outras	0,00	53 332,01	0,00	51 732,01	51 732,01	0,00	51 732,01	51 732,01	0,00	0,00	0,00%	98,85%	98,85%			
D8	Outras despesas de capital	0,00	240 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
Total das Despesas de Capital														51 732,01	51 732,01	0,00	15,11%
Despesas não efetivas																	
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%			
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	2 700 731,34	0,00	2 382 644,96	2 382 644,96	0,00	2 382 644,96	2 382 644,96	0,00	0,00	0,00%	84,52%	84,52%			
Total das Despesas não efetivas														2 382 644,96	2 382 644,96	0,00	84,52%

Pedro Simão

Frederico Frederico
Pedro Aguiar
Alfonso Aguiar

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2023
Lançamento: «TODOS»

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Despesas Corrigidas	Cálculos / descabonos	Compromissos	Obrigações	Despesas correntes líquidas de negociações			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau est. art.	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
	Total Geral (Despesas Correntes)	306 461,13	4 024 651,54	0,00	3 743 848,77	3 743 848,77	304 312,05	3 037 036,18	3 461 346,23	0,00	252 302,54	9,80%	76,95%
	Total Geral (Despesas Capital)	0,00	342 312,01	0,00	51 732,01	51 732,01	0,00	51 732,01	51 732,01	0,00	0,00	0,00%	15,11%
	Total Geral (Despesas não efetivas)	0,00	2 700 713,38	0,00	2 282 644,90	2 282 644,90	0,00	2 282 644,90	2 282 644,90	0,00	0,00	0,00%	84,53%
	Total Geral	306 461,13	7 067 716,93	0,00	6 078 225,68	6 078 225,68	304 312,05	5 411 411,09	5 835 723,14	0,00	252 302,54	5,58%	76,85%

Pedro Sáez

Federico Fede Ferraz
M. dos Anjos Helen Costa
M. dos Anjos Helen Costa

34.4. Alterações Orçamentais da Receita

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2023 Legislação: «TODOS»		Valores em EUR					
Rubrica	Descrição	Receita				Previsões Corrigidas	Observações
		Previsões Iniciais	Inscrições/ Subvenções	Alterações Orçamentais/ Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
Receitas Correntes							
R1	Receta fiscal						
R1.1	Impostos directos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indirectos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de protecção social e subistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	3 500,00	7 000,00	0,00	0,00	10 500,00	
R4	Rendimentos de propriedade	3 000,00	34 073,20	0,00	0,00	37 073,20	
R5	Transferências Correntes						
R5.1	Administrações Públicas						
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	934 200,00	407 823,23	1 500,00	0,00	1 340 523,23	
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas Correntes		940 700,00	448 823,23	1 500,00	0,00	1 388 023,23	
Receitas de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de Capital						
R9.1	Administrações Públicas						
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	4 680 000,00	0,00	500 000,00	0,00	4 180 000,00	
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pedro Sáez

Federico Pardo Tormey
Pedro Sáez Pardo Tormey
Marta Sáez Pardo Tormey

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2023
Lançamento: «TODOS»

Rubrica	Descrição	Receita					Observações
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas	
			Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
R9.1.3	Outras	0,00	546 409,00	0,00	0,00	546 409,00	
R10	Outras receitas de capital	546 000,00	368 251,18	0,00	0,00	533 251,18	
	Total das Receitas de Capital	4 825 800,00	914 664,18	560 000,00	0,00	5 179 664,18	
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13	Passivos financeiros	1 700 000,00	500 000,00	1 700 000,00	0,00	500 000,00	
	Total das Receitas não efetiva	1 700 000,00	500 000,00	1 700 000,00	0,00	500 000,00	
R11	Reposição não abatida aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R14	Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total Geral (Receitas Correntes)	940 700,00	448 853,73	1 500,00	0,00	1 388 952,73	
	Total Geral (Receitas Capital)	4 825 800,00	914 664,18	560 000,00	0,00	5 179 664,18	
	Total Geral (Receitas Não Efetivas)	1 700 000,00	500 000,00	1 700 000,00	0,00	500 000,00	
	Total Geral	7 465 700,00	1 863 516,91	2 261 500,00	0,00	7 067 716,91	

Valores em Euro

Valores em EUR

Pedro Sanvic

Federico Frederico
Pedro Sanvic an kelen rodal to
apare

34.5. Alterações Orçamentais da Despesa
Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2023		Lançamento: «TODOS»		Valores em €			
Rubrica	Descrição	Despesa				Observações	
		Dotações iniciais	Inscrições/ Reforços	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas
				Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
D1	Despesas com o pessoal						
D1.1	Remunerações Fixas e Permanentes	1 094 265,00	162 278,52	35 475,16	0,00	1 221 068,16	
D1.2	Alugueres Variáveis ou Eventuais	40 690,00	58 645,64	20 607,07	0,00	78 728,57	
D1.3	Segurança social	257 600,00	129 161,39	37 150,82	0,00	349 610,57	
D2	Aquisição de bens e serviços	1 017 880,00	556 289,98	393 299,55	0,00	1 180 870,15	
D3	Juros e outros encargos	383 500,00	108 000,00	53 500,00	0,00	438 000,00	
D4	Transferências correntes						
D4.1	Administrações Públicas						
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.4	Outras	7 500,00	0,00	7 000,00	0,00	500,00	
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5	Subsídios	213 950,00	152 237,78	130 450,00	0,00	235 737,78	
D6	Outras despesas correntes	383 370,00	319 220,17	182 454,16	0,00	500 136,01	
Total das Despesas Correntes		3 398 755,00	1 485 833,46	859 936,46	0,00	4 024 651,54	
Despesas de Capital							
D7	Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.4	Outras	72 000,00	1 000,00	30 667,99	0,00	52 332,01	
D8	Outras despesas de capital	960 000,00	400 000,00	1 070 000,00	0,00	290 000,00	

Pedro Sanin

Federico Frederico
Pedro Aguiar
Mancini

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Regularizações

Exercício: 2023
Lançamento: «TODOS»

Rubrica	Descrição	Despesa				Observações
		Dotação inicial	Inscrições/ Reversões	Alterações Orçamentais Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	Dotações Compêdas
	Total das Despesas de Capital	1 032 000,00	401 000,00	1 090 607,99	0,00	342 332,01
	Despesa não efetivas					
09	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
010	Despesa com passivos financeiros	9 034 945,00	527 000,00	861 211,64	0,00	2 700 733,36
	Total das Despesas não efetivas	9 034 945,00	527 000,00	861 211,64	0,00	2 700 733,36
	Total Geral (Despesas Correntes)	3 398 755,00	1 485 833,40	859 936,86	0,00	4 024 651,54
	Total Geral (Despesas Capital)	1 032 000,00	401 000,00	1 090 607,99	0,00	342 332,01
	Total Geral (Despesas não efetivas)	9 034 945,00	527 000,00	861 211,64	0,00	2 700 733,36
	Total Geral	7 465 700,00	2 413 833,40	2 811 816,49	0,00	7 067 716,91

Valores em EUR

Pedro Sanin

Federico Tucke Tunes
M. de la H. en la H. de la H. de la H.
M. de la H. en la H. de la H. de la H.

35. Relatório do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2023

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da ILHAS DE VALOR, S.A., relativos ao exercício de 2023.

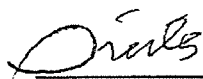
- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2023, a atividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023;
- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;



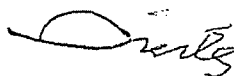
Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 11 de Abril de 2024

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 30.247.453 euros e um total de património líquido de 16.491.102 euros, incluindo um resultado líquido de 1.477.185 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ILHAS DE VALOR, S.A. em 31 de Dezembro de 2023 o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

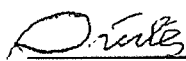


Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 5.981.228 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 5.876.099 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

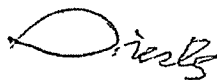
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 11 de Abril de 2024



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)